



**EDITAL Nº 79 /2020**

--- Luís Manuel Abreu de Sousa, Presidente da Câmara Municipal de Azambuja, torna públicas, de acordo com as disposições do art.º 56º do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, as deliberações da Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Azambuja, realizada no dia 6 de outubro. -----

**----- ORDEM DO DIA -----**

**----- EXPEDIENTE -----**

**---1. Proposta 82/P/2020 – Ajuste Direto – Acordo Quadro – Aquisição de Refeições Escolares – Ratificação de Despacho -----**

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando: -----

--- o teor da Proposta n.º 58/P/2020, aprovada em 14 de julho 2020, que autorizou a adesão do município ao Acordo Quadro da Central de Compras Eletrónica (CCE) da CIMLT n.º 04/2020/CCE respeitante a “Aquisição de Refeições Escolares (Almoços, Lanches e Pequenos Almoços), no qual foi autorizada a abertura de um procedimento de Ajuste Direto ao abrigo do Acordo Quadro;-----

--- o teor da proposta 5/AP/2017 que delega no Presidente da Câmara a competência para autorização de despesa até um limite de 748.196,85€;-----

--- que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal ratificar os atos da sua competência que sejam praticados pelo Presidente ou Vereador com competência delegada, por motivo de urgência;-----

--- Considerando o teor do meu despacho de 18 de setembro (em anexo), no qual autorizo a adjudicação do ajuste direto pelo período de um ano letivo com possibilidade de renovação já contemplada, encontrando-se distribuída da seguinte forma:-----

Locais	Quantidade			Preço	Iva	Valor		
	2020	2021	2022			2020	2021	2022
Jardim Infância	19948	47100	27152	1,95 €	13%	43 955,94 €	103 784,85 €	59 828,91 €
1.º Ciclo	43344	102340	58996	1,95 €	13%	95 508,50 €	225 506,19 €	129 997,69 €
2.º e 3.º ciclo	24226	57200	32974	1,99 €	13%	54 476,74 €	128 625,64 €	74 148,90 €
Ensino Secundário								
Adultos	136	320	184	1,99 €	13%	304,76 €	719,58 €	414,82 €
Lanches	27038	63840	36802	0,49 €	13%	14 971,01 €	35 348,21 €	20 377,20 €
<b>TOTAL</b>	<b>114692</b>	<b>270800</b>	<b>156108</b>			<b>209 216,95 €</b>	<b>493 984,47 €</b>	<b>284 767,52 €</b>

**TOTAL S/ IVA** 874 308,80 €

**TOTAL C/ IVA** 987 968,94 €

A despesa tem a seguinte cabimentação orçamental:

AP	RO	2020	2021	2022
06010201	03/020105	154 740,21 €	365 358,83 €	210 618,62 €
06030101	03/020105	54 476,74 €	128 625,64 €	74 148,90 €
		209 216,95 €	493 984,47 €	284 767,52 €

--- Proponho: -----

--- Que a Câmara, ao abrigo das supras mencionadas competências, delibere ratificar o meu despacho de 18 de setembro 2020 exarado no e-mail de dia 18 supramencionado.”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 82/P/2020 foi aprovada com quatro votos a favor (PS) e três abstenções (PSD e CDU). -----

**---2. Proposta 83/P/2020 – Celebração de Acordo Quadro p/ Aquisição de Máscaras – Ratificação de Despacho -----**

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando: -----

--- o teor da Proposta n.º 65/P/2020, aprovada em 05 de maio, que autorizou a adesão do município ao acordo quadro da Central de Compras Eletrónicas (CCE) da CIMLT N.º 05/2020/CCE respeitante a “Aquisição de Máscaras Cirúrgicas e Luvas”;-----





--- o teor da informação 13/DAF/APROV/2020 (em anexo) referente a esclarecimentos sobre as peças de procedimento; -----

--- que, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal ratificar os atos da sua competência que sejam praticados pelo Presidente ou Vereador com competência delegada, por motivo de urgência. -----

--- Proponho: -----

--- Que a Câmara, ao abrigo das supras mencionadas competência, delibere ratificar o meu despacho de 10 de setembro 2020 exarado na Informação n.º 13/DAF/APROV/2020 supramencionada." -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 83/P/2020 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e duas abstenções (PSD). -----

**---3. Proposta 84/P/2020 – Protocolo de Colaboração p/a Celebração de Contrato Interadministrativo p/Construção das Novas Instalações do Posto Territorial da GNR de Aveiras de Cima -----**

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que: -----

---o Ministério da Administração Interna tem vindo a promover, através da Secretaria Geral da Administração Interna, a execução de um programa de modernização e operacionalidade das forças e serviços de segurança sob a sua tutela, no quadro da Lei n.º 10/2017, de 3 de março, (Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna), o qual visa atuar nos locais previamente identificados como desadequados; -----

--- o Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Aveiras não apresenta condições condizentes com as necessidades operacionais de uma força de segurança, situação que não contribui para a prossecução da missão e que causa constrangimentos ao desempenho dos profissionais daquela força de segurança e aos cidadãos do Município da Azambuja que recorrem ou usufruem daqueles serviços; -----

--- o Município da Azambuja ciente da necessidade de estar dotado das instalações adequadas ao desempenho da missão policial, pretende colaborar na prossecução deste objetivo; -----

--- neste contexto, é intenção do Município da Azambuja, da Secretaria - Geral do Ministério da Administração Interna e da Guarda Nacional Republicana celebrarem um contrato interadministrativo para a construção das novas instalações para o Posto Territorial da GNR de Aveiras, em terreno a ceder pelo Município (identificado nos documentos em anexo), para o referido efeito; -----

--- para tal, mostra-se necessário assegurar o projeto de execução para a construção do referido Posto, o qual é condição prévia da celebração do contrato interadministrativo; -----

--- os custos inerentes à contratação dos serviços de elaboração do projeto de execução estimam-se em cerca de 50.000,00€ (acrescido de IVA À taxa legal em vigor), sendo que o montante máximo previsto a financiar pela Secretaria - Geral do Ministério da Administração Interna, é de 25.000,00€ (acrescido de IVA À taxa legal e vigor), conforme resulta das informações que se anexam, assegurando o Município o valor remanescente; -----

--- nos termos do disposto no artigo 22.º-A da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, “os municípios e freguesias podem colaborar com a administração central, ou com outros organismos da administração pública, na prossecução de atribuições ou competências desta”, mediante a celebração “contratos, acordos, protocolos ou de quaisquer outros instrumentos jurídicos”; -----

--- compete à Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea r) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, colaborar no apoio a programas e projetos de interesse municipal em parceria com entidades da administração central. -----

--- Proponho que a Câmara Municipal delibere, ao abrigo das competências supramencionadas, aprovar o “Protocolo de colaboração para a celebração de contrato interadministrativo para construção das novas instalações do Posto Territorial da GNR de Aveiras”, a celebrar entre Município da Azambuja, a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, nos termos constantes da minuta que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante. -----

--- Protocolo de colaboração para a celebração de contrato interadministrativo para construção das novas instalações do Posto Territorial da GNR de Aveiras -----

--- ENTRE -----

--- O Município de Azambuja, pessoa coletiva de utilidade pública n.º 506 821 480, representada neste ato pelo Presidente da Câmara Municipal, Exmo. Sr. Luís Manuel Abreu de Sousa, adiante designado por Primeiro Outorgante, -----





--- A Secretaria -Geral do Ministério da Administração Interna (SGMAI), pessoa coletiva de utilidade pública n.º 600 014 665, representada neste ato pelo Secretário-Geral da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, Dr. Marcelo Mendonça de Carvalho, adiante designado por Segundo Outorgante, ---

--- E ---  
--- A Guarda Nacional Republicana (GNR), pessoa coletiva de utilidade pública n.º 600 008 878, representada neste ato pelo Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, Tenente-General Luís Francisco Botelho Miguel, adiante designada por Terceiro Outorgante. ---

--- Considerando que: ---

---a) O Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Aveiras não apresenta condições condizentes com as necessidades operacionais de uma força de segurança, situação que não contribui para a prossecução da missão e que causa constrangimentos ao desempenho dos profissionais daquela força de segurança e aos cidadãos do Município da Azambuja que recorrem ou usufruem daqueles serviços; ---

--- b) O Ministério da Administração Interna tem vindo a promover, através da Secretaria Geral da Administração Interna, a execução de um programa de modernização e operacionalidade das forças e serviços de segurança sob a sua tutela, no quadro da Lei n.º 10/2017, de 3 de março, (Lei de Programação de Infraestruturas e Equipamentos das Forças e Serviços de Segurança do Ministério da Administração Interna), o qual visa atuar nos locais previamente identificados como desadequados; ---

---c) O Município da Azambuja ciente da necessidade de estar dotado das instalações adequadas ao desempenho da missão policial, tendo em vista garantir a segurança e tranquilidade dos cidadãos, pretende colaborar na prossecução deste objetivo; ---

---d) Nos termos do nº 1, do artigo 22º-A, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, na sua redação atual, os Municípios e as Freguesias podem colaborar com a Administração Central, ou com outros organismos da administração pública, na prossecução de atribuições ou competências desta; ---

--- e) É intenção do Município da Azambuja, da Secretaria -Geral do Ministério da Administração Interna e da Guarda Nacional Republicana celebrarem um contrato interadministrativo para a construção das novas instalações para o Posto Territorial da GNR de Aveiras, em terreno a ceder pelo Município, para o referido efeito; ---

--- f) O terreno supra referenciado dispõe das características adequadas à construção das novas instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Aveiras; ---

--- g) Importa assegurar o projeto de execução para a construção do referido Posto, e que o mesmo é condição prévia da celebração do contrato interadministrativo; ---

--- h) O Município da Azambuja, a Secretaria Geral da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, desde já, acordam na celebração deste protocolo, para a construção das novas instalações do Posto Territorial da GNR de Aveiras, nos seguintes termos: ---

--- Cláusula Primeira ---  
--- (Objeto) ---

--- O presente protocolo visa a construção de um imóvel, para instalação do Posto Territorial da GNR de Aveiras, e destina-se a assegurar os trâmites prévios à assinatura de um contrato de cooperação interadministrativo entre o Município da Azambuja, a Secretaria -Geral do Ministério da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana. ---

--- Cláusula Segunda ---  
--- (Propriedade) ---

--- O Primeiro Outorgante é dono e legítimo proprietário do Prédio Urbano sito na Rua dos Pereiras, Bairro da Quinta de Mor, Freguesia de Aveiras de Cima, Concelho de Azambuja, descrito na Conservatória do Registo Predial de Azambuja sob o n.º 3593 e inscrito na matriz predial urbana sob o artigo 4539, da Freguesia de Aveiras de Cima. ---

--- Cláusula Terceira ---  
--- (Responsabilidade do Primeiro Outorgante) ---

---1. O primeiro outorgante compromete-se a ceder a título gratuito, em regime de comodato, o prédio urbano melhor identificado na cláusula anterior visando a instalação do Posto Territorial da GNR de Aveiras. ---

---2. O Primeiro Outorgante compromete-se a realizar o projeto de execução para a construção do Posto Territorial da GNR de Aveiras, tendo por base o programa funcional definido pela GNR e aprovado pela SGMAI, para apuramento dos valores e prazos de construção do mesmo. ---

--- Cláusula Quarta ---  
--- (Responsabilidades do Segundo Outorgante) ---





--- 1. O Segundo Outorgante promove a celebração do contrato de cooperação interadministrativo, a celebrar com o Município da Azambuja, a GNR e a SGMAI, para a construção do novo Posto Territorial da GNR de Aveiras, após aprovação do projeto de execução apresentado pelo Município da Azambuja e mediante parecer da SGAI.-----

--- 2. O valor máximo total do procedimento aquisição de serviços de elaboração do projeto de execução, referido na Cláusula Terceira do presente Contrato, suportado pelo Segundo Outorgante, é de xxxxx € (euros), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.-----

--- 3. As despesas referidas no número anterior são suportadas pelo Primeiro Outorgante, sendo reembolsadas pelo Segundo Outorgante, através da dotação xxxxxxxxxxxxxxxx.-----

---4. O reembolso será efetuado de acordo com as faturas validadas pelos Primeiro e Segundo Outorgantes, comprovadas mediante cópias das correspondentes faturas e recibos com autenticação e certificação do Primeiro Outorgante, no prazo de 60 (sessenta) dias após a apresentação do pedido de pagamento.-----

--- 5. Após o pagamento das faturas por parte do Primeiro Outorgante, serão enviados ao Segundo Outorgante, os comprovativos do pagamento, mediante recibos com autenticação e certificação do Primeiro Outorgante, até ao limite máximo referido no n.º 1 da presente Cláusula.-----

---6. O Segundo Outorgante promove ainda a celebração do contrato de comodato entre o Município da Azambuja e a GNR.-----

--- Cláusula Quinta-----

--- (Termos e condições)-----

--- 1. O contrato interadministrativo previsto no número um da cláusula anterior deve estabelecer os termos da realização da cedência e utilização do imóvel, designadamente:-----

--- a) O regime legal aplicável;-----

--- b) Os deveres das partes na utilização do imóvel;-----

--- c) Os procedimentos de contratação relativos à empreitada, fiscalização e coordenação de segurança em obra;-----

---d) O valor da empreitada, fiscalização e coordenação de segurança em obra;-----

--- e) O prazo de execução da empreitada-----

--- f) Financiamento e prazos de reembolsos;-----

--- g) A validade e vigência do contrato-----

--- h) Os termos do contrato de comodato.-----

--- Cláusula Sexta-----

--- (Deveres das Partes)-----

---1. No âmbito do presente protocolo, as partes comprometem-se ainda a:-----

--- a) Agir com lealdade e zelo, garantindo a adoção de todos os procedimentos legais necessários à sua efetiva concretização;-----

--- b) Realizar todos os procedimentos inerentes à celebração do contrato de cooperação interadministrativo;-----

---c) Fornecer todos os elementos e informações necessários através do gestor de contrato nomeado pelo Município, nos termos do Código dos Contratos Públicos, e gestor de conta nomeado pela SGAI;-----

---d) Remeter todos os documentos necessários à promoção do presente protocolo;-----

--- e) Comunicar todas as vicissitudes relevantes para a execução do protocolo;-----

--- 2. A articulação entre os gestores a que se refere a alínea c) do número anterior deverá ocorrer, no mínimo, com periodicidade mensal.-----

--- 3. O presente protocolo caduca automaticamente se, no prazo de dois anos, e a contar da data da sua assinatura, não for concretizada a celebração do contrato interadministrativo para a construção do Posto Territorial da GNR de Aveiras.”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 84/P/2020 foi aprovada por unanimidade.-----

---4. Proposta 85/P/2020 – Medidas de Apoio a Famílias, Empresas e Instituições – Prorrogação-----

--- O Sr. Presidente apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que:-----

--- a situação atual epidemiológica, de emergência de saúde pública nacional e internacional, provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, agente causador da doença COVID-19, obrigou à adoção de um conjunto de medidas restritivas, excecionais e temporárias, com relevante impacto na economia, no emprego e na coesão social, tendo em vista a prevenção da doença e a contenção da pandemia, em defesa de um bem maior – a saúde pública e a vida dos cidadãos;-----





--- para mitigar aqueles efeitos, o Município de Azambuja aprovou, em complemento das medidas e incentivos aprovados pelo Governo, um conjunto de medidas destinadas a atenuar as dificuldades sentidas pelas famílias carenciadas ou com perda de rendimentos, pelas empresas forçadas a fechar ou a reduzir a sua laboração, pelos profissionais que estão na linha da frente no combate a esta pandemia, bem como assim pelas instituições particulares de solidariedade (IPSS) e outras associações sem fins lucrativos na resposta aos problemas sociais agravados com a atual situação; -----

--- neste contexto, foram aprovadas pela Câmara Municipal, por unanimidade, entre outras, as Propostas n.ºs 22/P/2020, 24/P/2020, 26/V-SV/2020 e 27/V-SV/2020, as quais foram objeto de prorrogação através da Proposta n.º 46/P/2020; -----

--- se mantêm os pressupostos subjacentes à criação das medidas constantes das referidas propostas; -----

--- o artigo 2º da Lei n.º 6/2020, de 10 de abril, alterada pela Lei n.º 35/2020, de 13 de agosto, que estabelece um regime excecional para promover a capacidade de resposta das autarquias locais no âmbito da pandemia da doença COVID-19, veio determinar que “em situações excecionais devidamente fundamentadas e diretamente relacionadas com as medidas de combate à pandemia da doença COVID-19”, o reconhecimento do direito de isenções totais ou parciais de impostos e tributos próprios dos Municípios (com exceção dos impostos previstos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na redação atual) é da competência da câmara municipal, sem necessidade de prévia aprovação de regulamento pela assembleia municipal, desde que a isenção, total ou parcial, não tenha ter duração superior ao termo do ano civil em curso; -----

--- nos termos do disposto no n.º 3 do citado preceito legal, “As isenções concedidas ao abrigo do n.º 1 devem ser comunicadas ao órgão deliberativo, por meio eletrónico, no prazo de 48 horas sobre a sua prática”; -----

--- compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a entidades e organismos legalmente existentes, apoiar, pelos meios adequados, as atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município, nos termos do disposto nas alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

--- Propõe-se que a Câmara delibere aprovar, ao abrigo das competências supramencionadas, a prorrogação das medidas de apoio, abaixo identificadas, de caráter excecional e transitório, face à atual situação epidemiológica, aprovadas por este órgão através das Propostas n.ºs 22/P/2020, 24/P/2020, 26/V-SV/2020 e 27/V-SV/2020, nos termos seguintes: -----

---a) Isenção do pagamento das rendas em todos os fogos municipais cuja liquidação deveria ocorrer nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020; -----

--- b) Redução de 35% da tarifa de disponibilidade (fixa) e da tarifa variável de gestão de resíduos urbanos, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, para os todos os utilizadores domésticos; -----

--- c) Isenção do pagamento da tarifa de disponibilidade (fixa) e da tarifa variável de gestão de resíduos urbanos, nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, para as IPSS e outras Associações sem fins lucrativos, incluindo Bombeiros e Cruz Vermelha, com sede no concelho de Azambuja e que aqui desenvolvam a sua atividade; -----

---d) Isenção do pagamento de taxas relativas à ocupação de espaço público e publicidade associados a estabelecimentos de comércio e de serviços localizados na área do município e que aqui desenvolvam atividade, com exceção das Instituições Financeiras, até 31 de dezembro de 2020, sem prejuízo da isenção, até ao final do corrente ano, aprovada pela Proposta n.º 33/P/2020, para a instalação ou alargamento de esplanadas; -----


--- e) Isenção do pagamento das taxas devidas pela concessão das lojas e dos espaços de venda (bancadas) do Mercado Diário de Azambuja, cujo pagamento deveria ocorrer nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020; -----

--- f) Isenção do pagamento das taxas devidas pela ocupação de espaços de venda no Mercado Mensal de Azambuja respeitantes ao 4º trimestre de 2020; -----

--- g) Isenção das rendas, cujo pagamento deveria ocorrer nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2020, para os estabelecimentos sítos em espaços concessionados pelo Município - Quiosque, no Bairro da Socasa em Azambuja, e Taberna da Casa da Câmara, em Aveiras de Cima; -----

--- h) Atribuição, durante os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020, às IPSS do Município com valência de creche e pré-escolar (Santa Casa da Misericórdia de Azambuja, Centro Social e Paroquial de Azambuja, Centro Social e Paroquial de Aveiras de Baixo e Centro Social e Paroquial de Aveiras de Cima), do montante de 50 euros/mês por cada criança, que frequente aquelas valências, cujo agregado familiar tenha comprovadamente perda de rendimentos igual ou superior a 30%, por comparação à data do início do ano letivo transato, com a correspondente dedução pelas IPSS no valor das participações familiares; -----





---i) Atribuição, durante os meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2020, à CERCÍ Flor da Vida do montante de 50 euros/mês por cada utente do Centro de Atividades Ocupacionais de Azambuja daquela IPSS, cujo agregado familiar tenha comprovadamente perda de rendimentos igual ou superior a 30%, por comparação à data do início do ano letivo transato, com a correspondente dedução pela Instituição no valor das participações familiares.” -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 82/P/2020 foi aprovada por unanimidade. -----

**---5. Proposta 51 V-SV/2020 – Abertura de Procedimento Concursal – Motorista Transportes Coletivos---**

--- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando : -----

---1. o mapa de pessoal do Município de Azambuja para o ano de 2020, aprovado em reunião ordinária da Assembleia Municipal de Azambuja, de 28 de novembro de 2019, e alterado nas sessões ordinárias da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro e de 29 de junho de 2020, prevê os postos de trabalho julgados necessários ao cumprimento das atividades de natureza permanente a desenvolver durante o presente ano;

---2. de acordo com o previsto no artigo 30.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na atual redação, que regula o vínculo de trabalho em funções públicas, os serviços da administração pública, em face do teor do respetivo mapa de pessoal, podem promover o recrutamento para os postos de trabalho nele previstos; -----

---3. no que respeita à carreira/categoria de Assistente Operacional, na área de atividade de Motorista Transportes Coletivos, existem 2 (dois) postos de trabalho por preencher afetos à Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais; -----

---4. no seguimento da Proposta n.º 47/V-SV/2018, aprovada na reunião de Câmara de 8 de outubro, foi dado início ao procedimento concursal para ocupação de um posto de trabalho na categoria de Assistente Operacional, na área de atividade de Motorista Transportes Coletivos, da carreira de Assistente Operacional, publicitado através do Aviso n.º 8945/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 113, de 12 de junho de 2020, o qual cessou em virtude da exclusão (por falta de comparência ao primeiro método de seleção) do único candidato admitido ao procedimento; -----

---5. as funções a desenvolver, inerentes à carreira/categoria, a que corresponde o grau de complexidade funcional 1, são as descritas no Anexo à LTFP, mais especificamente as seguintes: conduzir autocarros/veículos de transporte de passageiros, segundo percursos preestabelecidos, atendendo, designadamente, à segurança e comodidade dos passageiros; assegurar o bom estado do veículo junto do setor dos transportes; tomar as providências necessárias com vista à reparação do veículo, em caso de avaria ou acidente; preencher e entregar diariamente no setor de transportes o boletim diário da viatura, mencionando o tipo de serviço, quilómetros efetuados e combustível introduzido; exercer as demais funções, procedimentos, tarefas ou atribuições que lhe são cometidas por lei, deliberação, despacho ou determinação superior; -----

---6. a descrição de funções em referência não prejudica a atribuição aos trabalhadores de funções, não expressamente mencionadas, que lhe sejam afins ou funcionalmente ligadas, para as quais o trabalhador detenha qualificação profissional adequada e que não implique desvalorização profissional, nos termos do n.º 1, artigo 81.º da LTFP; -----

---7. a existência de trabalhadores em número insuficiente naquela área de atividade (Motorista Transportes Coletivos), gera uma carência de recursos humanos da qual resulta evidente a necessidade de se proceder ao recrutamento de um trabalhador detentor de formação específica necessária para o desempenho das funções, designadamente para o transporte escolar, que permita colmatar essa carência; -----

---8. a referida carência configura necessidades permanentes e urgentes de pessoal que justifica a autorização de abertura de um procedimento concursal para preenchimento do posto de trabalho, com vista à constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado; -----

---9. se prevê dificuldade de recrutamento para o posto de trabalho indicado, de trabalhadores detentores de vínculo por tempo indeterminado, o procedimento concursal a realizar deve, ao abrigo do princípio da boa administração consagrado no artigo 6.º do Código do Procedimento Administrativo, designadamente em obediência a critérios de eficiência, economicidade e celeridade, permitir a candidatura de candidatos com e sem vínculo de emprego público, conforme previsto no n.º 5 do artigo 30.º da LTFP; -----

---10. se verifica o cumprimento pontual e integral dos deveres de informação previstos na Lei n.º 104/2019, de 06 de setembro; -----

---11. para além da previsão do posto de trabalho no mapa de pessoal em vigor, a despesa decorrente do presente procedimento concursal comum encontra o necessário cabimento orçamental para o ano de 2020;





- 12. o recrutamento dos trabalhadores necessários aos preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal, atenta a natureza permanente da atividade, deve ser efetuado por tempo indeterminado;
- 13. a categoria de Assistente Operacional, na área de atividade de Motorista Transportes Coletivos, corresponde a carreira do regime geral, prevista na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, efetuando-se o respetivo recrutamento nos termos do disposto na Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril;-----
- 14. de acordo com o previsto na alínea a) do n.º 1 do artigo 3.º da citada Portaria, o procedimento concursal reveste a modalidade comum quando se destina ao imediato recrutamento para ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, no mapas de pessoal do Município de Azambuja, bem como de necessidades futuras; -----
- 15. a competência para autorizar a abertura do procedimento concursal, cabe, nos termos do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, na redação atual, ao órgão executivo, cabendo-lhe, também, nos termos do artigo 18.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, estabelecer o prazo de apresentação de candidaturas; -----
- PROPONHO, ao abrigo da competência delegada que me foi conferida pelo Despacho n.º 12-A/P/2017, de 24 de Outubro, conjugado com os n.ºs 1, 3 e 4 do artigo 30.º da LTFP, na redação atual, que a Câmara Municipal de Azambuja delibere:-----
- autorizar a abertura de procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, destinado ao preenchimento de 1 (um) posto de trabalho da categoria de Assistente Operacional, na área de atividade de Motorista Transportes Coletivos, da carreira de Assistente Operacional, previsto no mapa de pessoal do Município de Azambuja, com afetação à Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, sem prejuízo da utilização futura, no prazo máximo de 18 meses, da reserva de recrutamento interna que venha a ser constituída após a homologação da lista de ordenação final, destinado a candidatos que possuam ou não vínculo de emprego público por tempo indeterminado, e com um prazo de apresentação de candidaturas de 10 dias úteis.”-----
- Uma vez posta a votação a Proposta 51/V-SV/2020 foi aprovada por unanimidade. -----
- 6. Proposta 52/V-SV/2020 – Recrutamento de 1 Técnico Superior – Engenheiro Civil** -----
- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----
- “Considerando que: -----
- I. o mapa de pessoal do Município de Azambuja para o ano de 2020, aprovado em reunião ordinária da Assembleia Municipal de Azambuja, de 28 de novembro de 2019, e alterado nas sessões ordinárias da Assembleia Municipal de 27 de fevereiro e de 29 de junho de 2020, prevê os postos de trabalho julgados necessários ao cumprimento das atividades de natureza permanente a desenvolver durante o presente ano;
- II. através do Aviso n.º 6664/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 72, de 11 de abril, foi tornada pública a abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para preenchimento de um posto de trabalho, na carreira e categoria de Técnico Superior (área de Engenharia Civil); -----
- III. no referido procedimento ficaram aprovados 2 candidatos, conforme lista de ordenação final, homologada por despacho da Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, de 3 de junho de 2020, e publicitada através do Aviso n.º 9866/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 126, de 1 de julho.
- IV. até à presente data, foi notificado para ocupação do posto de trabalho o candidato aprovado em primeiro lugar na lista de ordenação final, que aceitou, tendo celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com o respetivo início de funções a 7 de setembro de 2020; -----
- V. apesar do preenchimento do referido posto de trabalho, se reconhece uma situação de carência de recursos humanos na área para a qual foi promovido o procedimento concursal; -----
- VI. permanece, no que respeita à carreira/categoria de Técnico Superior (na área de Engenharia Civil), 1 (um) posto de trabalho previsto e não ocupado no mapa de pessoal; -----
- VII. não existem, na autarquia, trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, na atividade e área de formação em causa que possam ocupar este posto de trabalho; -----
- VIII. face à necessidade urgente e imperiosa de dotar os serviços dos recursos humanos necessários, considera-se indispensável proceder ao recrutamento de outro técnico superior por recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal acima mencionado;-----
- IX. nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, quando, na sequência de um procedimento concursal comum, a lista de ordenação final, devidamente homologada,



contenha um número de candidatos aprovados superior ao dos postos a ocupar, é sempre constituída uma reserva de recrutamento interna; -----

--- X. nos termos do n.º 4 do mesmo preceito legal, a reserva de recrutamento é sempre utilizada quando, no prazo de 18 meses contados da homologação da lista de classificação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho; -----

--- XI. de acordo com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e que, atenta a natureza permanente da atividade, o recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado; -----

--- XII. a despesa decorrente do presente recrutamento encontra o necessário cabimento orçamental no ano de 2020; -----

--- XIII. se verifica o cumprimento, pontual e integral dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, 28 de novembro, na redação atual; -----

--- XIV. de acordo com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a competência para autorizar o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação dos postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado é cometida ao órgão executivo do município. -----

--- Proponho, ao abrigo da competência prevista na alínea a), do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delegada pelo Despacho n.º 12-A/P/2017, de 24 de outubro, que a Câmara Municipal de Azambuja, delibere: -----

--- autorizar o recrutamento de um (1) Técnico Superior, na área de Engenharia Civil, por recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal, supramencionado, tendo em vista a ocupação de posto de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, área de engenharia civil, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a afetar à Divisão de Gestão Urbanística, atentas as disposições dos artigos 6.º, 7.º e 30.º, todas da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (na redação atual), conjugadas com os n.ºs 3 e 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril". -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 52/V-SV/2020 foi aprovada com cinco votos a favor (PS e CDU) e duas abstenções (PSD). -----

#### **---7. Proposta 53/V-SV/2020 – Reserva de Recrutamento – Auxiliares de Ação Educativa -----**

--- A Sra. Vereadora Sílvia Vítor apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

--- “Considerando que: -----

--- I. o mapa de pessoal do Município de Azambuja para o ano de 2020, aprovado em reunião ordinária da Assembleia Municipal de Azambuja, de 28 de novembro de 2019, e alterado na sessão ordinária da Assembleia Municipal de Azambuja, de 27 de fevereiro de 2020, 29 de junho de 2020 e 29 de setembro de 2020, prevê os postos de trabalho julgados necessários ao cumprimento das atividades de natureza permanente a desenvolver durante o presente ano; -----

--- II. nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril, quando, na sequência de um procedimento concursal comum, a lista de ordenação final, devidamente homologada, contenga um número de candidatos aprovados superior ao dos postos a ocupar, é sempre constituída uma reserva de recrutamento interna; -----

--- III. nos termos do n.º 4 do mesmo preceito legal, a reserva de recrutamento é sempre utilizada quando, no prazo de 18 meses contados da homologação da lista de classificação final, haja necessidade de ocupação de idênticos postos de trabalho; -----

--- IV. através do aviso n.º 11277/2019, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 130, de 10 de julho, foi tornada pública a abertura de procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para preenchimento de seis postos de trabalho, na carreira e categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa); -----

--- V. no referido procedimento ficaram aprovados 98 candidatos, conforme lista de ordenação final, homologada por despacho da Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, datado de 28 de janeiro de 2020, e publicitada através do aviso n.º 1873/2020, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 24, de 4 de fevereiro. -----

--- VII. até à presente data, foram notificados para ocupação de postos de trabalho 44 dos 98 candidatos aprovados, dos quais 38 aceitaram e 37 celebraram contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado nas seguintes datas: seis em 11 de fevereiro de 2020, dois em 17 de fevereiro de 2020, um em 18 de fevereiro de 2020, um em 24 de fevereiro de 2020, cinco em 16 de março de 2020, 21 em 24 de agosto





de 2020, 1 em 14 de setembro de 2020 e 1 encontra-se pendente a celebração do contrato de trabalho em virtude de a candidata se encontrar de licença de maternidade;-----

--- VIII. permanecem, no que respeita à carreira/categoria de Assistente Operacional (Auxiliar de Ação Educativa), 12 (doze) postos de trabalho previstos e não ocupados no mapa de pessoal; -----

--- IX. apesar do preenchimento dos referidos postos de trabalho, se reconhece uma situação de carência de recursos humanos na área para a qual foi promovido o procedimento concursal; -----

--- X. não existem, na autarquia, trabalhadores com relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, em número suficiente, que possam ocupar estes postos de trabalho; -----

--- XI. face à necessidade urgente e imperiosa de dotar os serviços de recursos humanos necessários, considera-se indispensável proceder ao recrutamento de assistentes operacionais por recurso à reserva de recrutamento até ao limite de doze;-----

--- XII. se verifica o cumprimento, pontual e integral dos deveres de informação previstos na Lei n.º 57/2011, 28 de novembro, na redação atual;-----

--- XIII. a despesa decorrente do presente recrutamento encontra o necessário cabimento orçamental no ano de 2020; -----

--- XIV. de acordo com o disposto no artigo 30.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), o órgão ou serviço pode promover o recrutamento dos trabalhadores necessários ao preenchimento dos postos de trabalho previstos no mapa de pessoal e que, atenta a natureza permanente da atividade, o recrutamento deve ser feito por tempo indeterminado;-----

--- XV. de acordo com o disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a competência para autorizar o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de todos ou de alguns postos de trabalho previstos e não ocupados, no mapa de pessoal aprovado é cometida ao órgão executivo do município. -----

--- Proponho, no uso da competência que me foi delegada pelo Despacho n.º 12-A/P/2017, de 24 de outubro, do Sr. Presidente da Câmara, conjugado com o disposto na alínea a), do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal de Azambuja, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere: -----

--- autorizar o recrutamento de Auxiliares de Ação Educativa por recurso à reserva de recrutamento do procedimento concursal, supramencionado, até ao limite de doze, tendo em vista a ocupação de postos de trabalho na carreira/categoria de assistente operacional, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, a afetar à Divisão de Desenvolvimento Social – Unidade Técnica de Intervenção Socioeducativa, atentas as disposições dos artigos 6.º, 7.º e 30.º, todas da LTFP, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho (na redação atual), conjugadas com os n.ºs 3 e 4 do artigo 30.º da Portaria n.º 125-A/2019, de 30 de abril.” -----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 53/V-SV/2020 foi aprovada por unanimidade. -----

#### ---8. Apoios Financeiros -----

##### --- 8.1 Proposta 21/V-AJM/2020 - Filarmónica Recreativa de Aveiras de Cima – Anual -----

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a Proposta que a seguir se transcreve: -----

---" Considerando que: -----

--- o Município de Azambuja através de políticas de desenvolvimento cultural, social, recreativo, desportivo e outros, apoia as entidades que estejam vocacionadas para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projetos ou atividades que prossigam o interesse municipal; -----

--- o Associativismo no Município de Azambuja tem vindo a assumir um papel estratégico na promoção do desenvolvimento social local, dando um contributo inestimável à formação, à promoção da saúde, do bem-estar, da qualidade de vida e do desenvolvimento, e à fruição cultural, recreativa e desportiva da comunidade, bem como à promoção do espírito de cidadania; -----

--- é objetivo desta Câmara Municipal apoiar e colaborar com as Instituições que prossigam fins de caráter social, ambiental, cultural, recreativo e desportivo no nosso concelho, valorizando o esforço e trabalho dos seus dirigentes e associados; -----

--- a atribuição dos apoios à atividade regular das coletividades é efetuada ao abrigo das regras e procedimentos previstos no Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Azambuja, nomeadamente no artigo 6.º e seguintes do referido regulamento; -----

--- por força da situação atual epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS -CoV-2, agente causador da doença COVID-19, que obrigou à adoção de um conjunto de medidas restritivas, excecionais e temporárias,





com relevante impacto na economia, no emprego e na coesão social, o Município de Azambuja tem vindo a aprovar, a par de outras medidas já implementadas e em complemento das aprovadas pelo Governo, a criação de apoios destinados a mitigar as dificuldades sentidas pelas famílias com perda de rendimentos, pelas empresas forçadas a fechar ou a reduzir a sua laboração, pelos profissionais que estão na linha da frente no combate a esta pandemia, bem como assim pelas instituições particulares de solidariedade (IPSS) e outras associações sem fins lucrativos na resposta aos problemas sociais agravados com a atual situação;-----

--- neste contexto, como medida de apoio às Coletividades do Município, e encontrando-se reunidos os respetivos pressupostos, pretende-se dar início ao pagamento dos apoios anuais, antecipando a data do seu habitual processamento (novembro/dezembro);-----

--- a Filarmónica Recreativa de Aveiras de Cima apresentou candidatura para apoio à sua atividade regular, cumprindo os requisitos impostos no Regulamento de Apoio ao Associativismo do Concelho de Azambuja; --

--- nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar a forma de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município;-----

--- Proponho:-----

--- Que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere aprovar a atribuição do apoio financeiro anual à Filarmónica Recreativa de Aveiras de Cima, no valor de 4.933,80€ (quatro mil novecentos e trinta e três euros e oitenta centavos).-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 21/V-AJM/2020 foi aprovada por unanimidade.-----

#### **--- 8.2 - Proposta 22/V-ALM /2020 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre - Anual -----**

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que:-----

--- o Município de Azambuja através de políticas de desenvolvimento cultural, social, recreativo, desportivo e outros, apoia as entidades que estejam vocacionadas para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projetos ou atividades que prossigam o interesse municipal;-----

--- o Associativismo no Município de Azambuja tem vindo a assumir um papel estratégico na promoção do desenvolvimento social local, dando um contributo inestimável à formação, à promoção da saúde, do bem-estar, da qualidade de vida e do desenvolvimento, e à fruição cultural, recreativa e desportiva da comunidade, bem como à promoção do espírito de cidadania;-----

--- é objetivo desta Câmara Municipal apoiar e colaborar com as Instituições que prossigam fins de caráter social, ambiental, cultural, recreativo e desportivo no nosso concelho, valorizando o esforço e trabalho dos seus dirigentes e associados;-----

--- a atribuição dos apoios à atividade regular das coletividades é efetuada ao abrigo das regras e procedimentos previstos no Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Azambuja, nomeadamente no artigo 6.º e seguintes do referido regulamento;-----

--- por força da situação atual epidemiológica provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, agente causador da doença COVID-19, que obrigou à adoção de um conjunto de medidas restritivas, excecionais e temporárias, com relevante impacto na economia, no emprego e na coesão social, o Município de Azambuja tem vindo a aprovar, a par de outras medidas já implementadas e em complemento das aprovadas pelo Governo, a criação de apoios destinados a mitigar as dificuldades sentidas pelas famílias com perda de rendimentos, pelas empresas forçadas a fechar ou a reduzir a sua laboração, pelos profissionais que estão na linha da frente no combate a esta pandemia, bem como assim pelas instituições particulares de solidariedade (IPSS) e outras associações sem fins lucrativos na resposta aos problemas sociais agravados com a atual situação;-----

--- neste contexto, como medida de apoio às Coletividades do Município, e encontrando-se reunidos os respetivos pressupostos, pretende-se dar início ao pagamento dos apoios anuais, antecipando a data do seu habitual processamento (novembro/dezembro);-----

--- a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre apresentou candidatura para apoio à sua atividade regular, cumprindo os requisitos impostos no Regulamento de Apoio ao Associativismo do Concelho de Azambuja;-----

--- nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar a forma de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município;-----

--- Proponho:-----





--- Que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere aprovar a atribuição do apoio financeiro anual à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoentre, no valor de 1.067,58€ (mil e sessenta e sete euros e cinquenta e oito cêntimos)."

--- Uma vez posta a votação a Proposta 22/V-AJM/2020 foi aprovada por unanimidade, na ausência do Sr. Presidente que não participou na apreciação e votação da proposta por fazer parte dos órgãos sociais da instituição.

**--- 8.3- Proposta 24/V-ALM /2020 - Filarmónica Recreativa de Aveiras de Cima – Lâmpadas**

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:

--- "Considerando que:

--- o Município de Azambuja através de políticas de desenvolvimento cultural, social, recreativo, desportivo e outros, apoia as entidades que estejam vocacionadas para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projetos ou atividades que prossigam o interesse municipal;

--- o Associativismo no Município de Azambuja tem vindo a assumir um papel estratégico na promoção do desenvolvimento social local, dando um contributo inestimável à formação, à promoção da saúde, do bem-estar, da qualidade de vida e do desenvolvimento, e à fruição cultural, recreativa e desportiva da comunidade, bem como à promoção do espírito de cidadania;

--- é objetivo desta Câmara Municipal apoiar e colaborar com as Instituições que prossigam fins de carácter social, ambiental, cultural, recreativo e desportivo no nosso concelho, valorizando o esforço e trabalho dos seus dirigentes e associados;

--- de acordo com o pedido e orçamento anexo, vem a Filarmónica Recreativa de Aveiras de Cima solicitar o apoio para aquisição de lâmpadas LED para as suas instalações.

--- de acordo o artigo 28.º do Regulamento de Apoio ao Associativismo no Município de Azambuja, é concedido às coletividades apoio na aquisição de bens destinados a serem utilizados nas atividades por si promovidas, no montante de 40% do valor da aquisição (cfr. artigo 31º do Regulamento de Apoio ao Associativismo no Município de Azambuja);

--- nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar a forma de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município;

--- Proponho:

--- Que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere a aprovação de um apoio financeiro, no valor de 799,69€ (setecentos e noventa e nove euros e sessenta e nove cêntimos), à Filarmónica Recreativa de Aveiras de Cima para aquisição de lâmpadas LED para as suas instalações."

--- Uma vez posta a votação a Proposta 24/V-AJM/2020 foi aprovada por unanimidade.

**--- 9 – Apoios Financeiros e Contratos Programa:**

**--- 9.1- Proposta 23/V-AJM/2020 - Grupo Desportivo de Azambuja**

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:

--- "Considerando que:

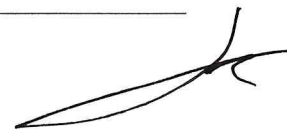
--- o Município de Azambuja através de políticas de desenvolvimento cultural, social, recreativo, desportivo e outros, apoia as entidades que estejam vocacionadas para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projetos ou atividades que prossigam o interesse municipal;

--- o Associativismo no Município de Azambuja tem vindo a assumir um papel estratégico na promoção do desenvolvimento social local, dando um contributo inestimável à formação, à promoção da saúde, do bem-estar, da qualidade de vida e do desenvolvimento, e à fruição cultural, recreativa e desportiva da comunidade, bem como à promoção do espírito de cidadania;

--- é objetivo desta Câmara Municipal apoiar e colaborar com as Instituições que prossigam fins de carácter social, ambiental, cultural, recreativo e desportivo no nosso concelho, valorizando o esforço e trabalho dos seus dirigentes e associados;

--- no atual contexto provocado pelo coronavírus SARS -CoV-2, agente causador da doença COVID-19, o Município de Azambuja entende adequada como medida de apoio às Coletividades do Município e desde que se encontrem reunidos os respetivos pressupostos, a antecipação da data habitual do pagamento dos apoios anuais (novembro/dezembro), com vista à manutenção das estruturas de funcionamento, como já preconizado no quadro de medidas extraordinárias para apoio às famílias, empresas e instituições, anexo à Proposta 22/P/2020, aprovada na reunião de Câmara de 7 de abril p. p.;





--- a atribuição de apoios ou participações financeiras por parte das Autarquias Locais, especificamente para a área do desporto, são tituladas por contrato-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro;-----

--- a atribuição dos apoios à atividade regular das coletividades é efetuada ao abrigo das regras e procedimentos previstos no Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Azambuja, nomeadamente no artigo 6.º e seguintes do referido regulamento;-----

--- o Grupo Desportivo de Azambuja apresentou candidatura para apoio à sua atividade regular, que se desenvolve na prática de fitness, Futebol, Ginástica, Trail Running e Yoga (atividade desportiva não federada) e Aikido, Futebol, Futebol 7, Ginástica Artística e Pesca Desportiva (atividade desportiva federada), sujeita a contrato-programa, cumprindo os requisitos impostos no Regulamento de Apoio ao Associativismo do Concelho de Azambuja, conforme informação do Gabinete de Apoio às Coletividades que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante;-----

nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar a forma de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município;-----

--- Proponho:-----

--- a) Que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere aprovar a atribuição do apoio financeiro anual ao Grupo Desportivo de Azambuja, no valor total de 5.967,90€ (cinco mil novecentos e sessenta e sete euros e noventa centimos), sujeitos a celebração de contrato-programa;

--- b) A aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo nos termos da minuta que se anexa, referente às atividades desportivas a desenvolver em 2021 a celebrar com o Grupo Desportivo de Azambuja.”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 23/V-AJM/2020 foi aprovada por unanimidade, na ausência do Sr. Vice Presidente que não participou na apreciação e votação da proposta por fazer parte dos órgãos sociais da coletividade.-----

#### --- 9.2 – Proposta 25/V-AJM/2020 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Azambuja-----

--- A Proposta 25/V-AJM/2020 foi retirada.-----

#### --- 9.3 – Proposta 26/V-AJM/2020 - Aveiras de Cima Sport Clube-----

--- O Sr. Vereador António José Matos apresentou a Proposta que a seguir se transcreve:-----

--- “Considerando que:-----

--- o Município de Azambuja através de políticas de desenvolvimento cultural, social, recreativo, desportivo e outros, apoia as entidades que estejam vocacionadas para a promoção do bem-estar e da qualidade de vida da população, através da concretização de programas, projetos ou atividades que prossigam o interesse municipal;-----

--- o Associativismo no Município de Azambuja tem vindo a assumir um papel estratégico na promoção do desenvolvimento social local, dando um contributo inestimável à formação, à promoção da saúde, do bem-estar, da qualidade de vida e do desenvolvimento, e à fruição cultural, recreativa e desportiva da comunidade, bem como à promoção do espírito de cidadania;-----

--- é objetivo desta Câmara Municipal apoiar e colaborar com as Instituições que prossigam fins de caráter social, ambiental, cultural, recreativo e desportivo no nosso concelho, valorizando o esforço e trabalho dos seus dirigentes e associados;-----

--- no atual contexto provocado pelo coronavírus SARS -CoV-2, agente causador da doença COVID-19, o Município de Azambuja entende adequada como medida de apoio às Coletividades do Município e desde que se encontrem reunidos os respetivos pressupostos, a antecipação da data habitual do pagamento dos apoios anuais (novembro/dezembro), com vista à manutenção das estruturas de funcionamento, como já preconizado no quadro de medidas extraordinárias para apoio às famílias, empresas e instituições, anexo à Proposta 22/P/2020, aprovada na reunião de Câmara de 7 de abril p. p.;-----

--- a atribuição de apoios ou participações financeiras por parte das Autarquias Locais, especificamente para a área do desporto, são tituladas por contrato-programa de desenvolvimento desportivo, de acordo com o disposto no artigo 2.º do Decreto Lei n.º 273/2009 de 1 de outubro;-----

--- a atribuição dos apoios à atividade regular das coletividades é efetuada ao abrigo das regras e procedimentos previstos no Regulamento de Apoio ao Associativismo do Município de Azambuja, nomeadamente no artigo 6.º e seguintes do referido regulamento;-----

--- o Aveiras de Cima Sport Clube apresentou candidatura para apoio à sua atividade regular, que se desenvolve na prática de Futebol 7 (atividade desportiva não federada) e Futebol 7, Futebol 9 e Futebol 11



(atividade desportiva federada), sujeita a contrato-programa, cumprindo os requisitos impostos no Regulamento de Apoio ao Associativismo do Concelho de Azambuja, conforme informação do Gabinete de Apoio às Coletividades que se anexa à presente proposta e dela faz parte integrante; -----

--- nos termos das alíneas o) e u) do n.º 1 do artigo 33º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal deliberar a forma de apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município;-----

--- Proponho:-----

--- a) Que a Câmara Municipal, ao abrigo das competências supramencionadas, delibere aprovar a atribuição do apoio financeiro anual ao Aveiras de Cima Sport Clube, no valor total de 3.132€ (três mil cento e trinta dois euros), sujeitos a celebração de contrato-programa;-----

--- b) A aprovação do contrato-programa de desenvolvimento desportivo nos termos da minuta que se anexa, referente às atividades desportivas a desenvolver em 2021 a celebrar com o Aveiras de Cima Sport Clube”-----

--- Uma vez posta a votação a Proposta 26/V-AJM/2020 foi aprovada por unanimidade, , na ausência do Sr. Vice Presidente que não participou na apreciação e votação da proposta por fazer parte dos órgãos sociais da instituição.-----

--- 10 – INFORMAÇÕES-----

---10.1 -Departamento Administrativo e Financeiro – Divisão Financeira-----

--- 10.1.1-Contabilidade:-----

--- Resumo da Execução Orçamental – Período de 1/1/ 2020 a 28/9/2020.-----

--- Mapa de fundos Disponíveis.-----

--- INF. 17/P/2020 - Modificação ao Orçamento.-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- 10.1.2- Aprovisionamento, Período de 15 a 28/9/2020.-----

--- Adjudicações de Bens e Serviços ao abrigo da Proposta 97/P/2019-----

--- Adjudicações de Bens e Serviços de valor ≥ 25.000 Euros-----

--- A Câmara tomou conhecimento.-----

--- Para conhecimento geral se publica este Edital e outros de igual teor, que vão ser afixados nos lugares públicos do costume.-----

Azambuja 7 de outubro de 2020

O Presidente da Câmara Municipal de Azambuja



Luís Manuel Abreu de Sousa